

6. O argumento moral

O argumento moral a favor da existência de Deus foi bastante popular no séc. XIX, em parte por se pensar que os argumentos tradicionais se tinham tornado implausíveis por causa dos avanços da ciência. Contudo, a sua influência na história da filosofia é diminuta, pois qualquer das versões do argumento moral é mais fraca do que os argumentos tradicionais.

A versão popular

O argumento moral começa por declarar que nada há no mundo natural que nos diga se uma certa acção é moralmente aceitável ou não. Por exemplo, sabemos que a neve é branca porque vemos que é branca. Mas por que razão é errado matar crianças inocentes por prazer? Ou por que razão temos o dever de cumprir as nossas promessas? Sem um ser divino que legisle sobre os nossos deveres morais, não poderia haver regras morais objectivas. Se é errado matar crianças inocentes por prazer é porque Deus legislou que assim fosse. Deste modo, o que é errado ou correcto depende de Deus. Deus é a fonte da lei moral.

Mas Deus não tem apenas o papel de legislador, tem também o papel de motivador. Como vimos no **Capítulo 8**, agir moralmente implica, por vezes, agir contra os nossos interesses e desejos mundanos. Sem um ser que puna ou premeie as nossas acções perderíamos a motivação para agir moralmente.

■ O **argumento moral popular** parte da ideia de que Deus é necessário para estabelecer e motivar a moralidade.

A objecção de kant

A versão popular do argumento moral enfrenta várias objecções. Uma das mais óbvias é que parece falso que seja errado matar crianças inocentes por prazer só porque Deus assim o legislou. Se Deus não o tivesse legislado passaria tal acção a ser correcta? Isso parece inaceitável. Mas se Deus legislou tal coisa por ser moralmente errada, então não precisamos de Deus para legislar sobre o que é ou não moralmente correcto.

Immanuel Kant rejeita a versão popular do argumento moral, defendendo que Deus não é necessário para legislar as nossas obrigações morais. Kant defende que uma acção é eticamente errada ou correcta em si, e pode ser vista como tal por qualquer ser racional. Neste sentido, a moral está fundada na razão e não vontade de Deus. Por isso, matar inocentes é algo que é errado em si, e não porque Deus legislou que assim fosse. E isso é algo que qualquer ser racional tem a capacidade de ver por si.

Kant também rejeita que Deus seja necessário como motivador da acção moral. A única coisa que nos deve motivar a agir moralmente, defende Kant, é o respeito pela lei moral, como vimos no **Capítulo 9**. Kant defende que se as nossas acções morais fossem motivadas pelo medo da punição divina ou pelo desejo da recompensa divina, estaríamos a corromper a moral, pois estaríamos a agir de modo interesseiro.

O argumento de Kant

Kant rejeita a versão popular do argumento moral, mas defende um argumento semelhante.

Kant considera que temos o dever de promover o bem supremo porque somos seres morais. «Bem supremo» é o nome dado por Kant à perfeição moral do universo: um universo no qual exista uma conexão entre a acção virtuosa e a felicidade. Kant pensa que a vida moral pressupõe esta conexão entre a virtude e a felicidade. Por exemplo, os seres humanos procuram, na medida do possível, recompensar os actos virtuosos e a bondade, e castigar o crime e a maldade.

Contudo, nada há no mundo natural que garanta essa conexão entre a virtude e a felicidade. Como sabemos, uma pessoa virtuosa pode sofrer muitas injustiças; e uma pessoa má pode ter muita sorte. Isto levanta um problema, dado que temos o dever de promover o bem supremo. Ora, uma ideia consensual em ética é que não temos o dever de fazer o impossível. Dado que temos o dever de promover o bem supremo, este tem de ser possível. Uma vez que o mundo natural não garante o bem supremo, um ser sobrenatural que controla o mundo a partir de fora tem de garantir o bem supremo – Deus. Logo, Deus existe.

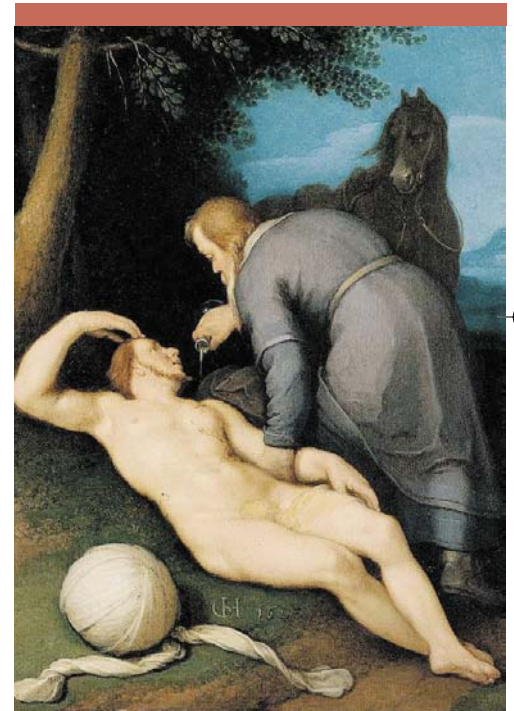
O argumento moral de Kant a favor da existência de Deus tem a seguinte estrutura dedutivamente válida:

Premissa 1: Temos o dever moral de promover o bem supremo.

Premissa 2: Se temos o dever moral de promover o bem supremo, este tem de ser possível.

Premissa 3: Se Deus não existisse, o bem supremo não era possível.

Conclusão: Logo, Deus existe.



O Bom Samaritano, de Cornelis Van Haarlem (1562-1683). Será que a virtude pressupõe a existência de Deus?

Objecções

Os críticos do argumento moral de Kant admitem que o facto de termos o dever de fazer algo implica que seja possível fazê-lo; mas argumentam que isso não significa que o facto de termos o dever de promover o bem supremo implica que seja possível alcançá-lo. Por exemplo, pode-se dizer que temos o dever de procurar realizar os nossos sonhos; e isso implica que é possível tentar realizá-los; mas não implica que os nossos sonhos possam ser realizados. Do facto de podermos tentar realizar os nossos sonhos não se segue que estes sejam realizáveis. Se esta objecção estiver correcta, a premissa 2 do argumento moral de Kant é falsa.

Uma segunda objecção põe em causa que tenhamos o dever de promover o bem supremo. O bem supremo, recorde-se, é a conexão entre a virtude e a felicidade. Ora, podemos aceitar que temos o dever de ser virtuosos, mas rejeitar que tenhamos o dever de promover a conexão entre a virtude e a felicidade. É claro que fazemos leis que recompensam as pessoas virtuosas e castigam as pessoas más. Mas não temos qualquer dever de promover a conexão entre a virtude e a felicidade. Temos apenas o dever de promover a virtude, e um meio de o fazer é recompensar a virtude e castigar a maldade.

Um argumento diferente seria dizer que Deus tem de existir porque só isso poderia garantir a felicidade em resultado da nossa virtude. Ou seja, sem Deus, as pessoas virtuosas não seriam adequadamente recompensadas e as pessoas más não seriam adequadamente castigadas. Mas este argumento não é aceitável para o próprio Kant. Este filósofo defende que devemos fazer o nosso dever porque é esse o nosso dever, e nada mais. Segundo o próprio Kant, o bem deve ser praticado pelo bem apenas, e não por outra razão qualquer.

Revisão

1. Formule a versão popular do argumento moral, distinguindo cuidadosamente as premissas da conclusão.
2. Que objecções enfrenta a versão popular do argumento moral?
3. Como concebe Kant o bem supremo?
4. Por que razão o mundo natural não garante a possibilidade do bem supremo?
5. Em que difere a versão popular do argumento moral do argumento de Kant?
6. Que objecções enfrenta o argumento moral de Kant?

Discussão

7. «Sem um ser que puna ou premeie as nossas acções, perderíamos a motivação para agir moralmente.» Concorda? Porquê?
8. Concorda com as objecções ao argumento moral de Kant? Porquê?
9. Precisamos de Deus para justificar a moral? Porquê?

Texto 48

Deus como Postulado da Razão*Immanuel Kant*

A *felicidade* é o estado de um ser racional no mundo no qual em toda a sua existência *tudo está de acordo com o seu desejo e vontade*, e depende, portanto, da harmonia da natureza com todo o seu fim, tal como com o princípio determinante essencial da sua vontade. Ora, a lei moral, enquanto lei da liberdade, tem autoridade através da determinação de princípios que são totalmente independentes da natureza e da sua harmonia com a nossa faculdade do desejo (enquanto incentivos); o ser racional actuante no mundo não é também, contudo, a causa do mundo e da natureza em si. Consequentemente, não há qualquer fundamento, na lei moral, para a existência de uma conexão necessária entre a moralidade e felicidade proporcional de um ser que pertence ao mundo como sua parte e portanto dele dependente, e que por essa razão não pode, pela sua vontade, ser uma causa desta natureza e, no que respeita à sua felicidade, não pode pelos seus próprios poderes fazê-lo harmonizar-se completamente com os seus princípios práticos. Contudo, na tarefa prática da razão pura, isto é, na procura necessária do bem supremo, tal conexão é postulada como necessária: temos o dever de tentar promover o bem supremo (que tem portanto de ser possível). Assim, a existência de uma causa de toda a natureza, distinta da natureza, que contenha o fundamento desta conexão, a saber, a correspondência exacta da felicidade com a moralidade, é também *postulada*. Contudo, esta causa suprema há-de conter o fundamento da correspondência da natureza não apenas com uma lei da vontade de seres racionais, mas também com a representação desta lei, na medida em que fizerem dela o *fundamento supremo e determinante da vontade*, e consequentemente não apenas com a forma da sua moral mas também com a sua moralidade enquanto seu fundamento determinante, isto é, com a sua disposição moral. Logo, o bem supremo do mundo só é possível na medida em que se pressuponha uma causa suprema da natureza que tenha uma causalidade em harmonia com a disposição moral. Ora, um ser capaz de acções de acordo com a representação de leis é *uma inteligência* (um ser racional), e a causalidade de tal ser de acordo com esta representação de leis é a sua *vontade*. Logo, a causa suprema da natureza, na medida em que tem de ser pressuposta para o bem supremo, é um ser que é a causa da natureza pelo *entendimento e vontade* (logo, o seu autor), isto é, **Deus**. Consequentemente, o postulado da possibilidade do *bem supremo derivado* (o melhor mundo) é



A Expulsão do Paraíso, de Charles Joseph Natoire (1700-1777) Será a possibilidade do paraíso uma exigência da vida moral?

igualmente o postulado da realidade de um *bem supremo original*, nomeadamente da existência de Deus. Ora, era para nós um dever promover o bem supremo; logo, há em nós não apenas a justificação mas também a necessidade, como uma carência conectada ao dever, de pressupor a possibilidade deste bem supremo que, dado que só é possível sob a condição de existir Deus, conecta o pressuposto da existência de Deus inseparavelmente com o dever; isto é, é moralmente necessário pressupor a existência de Deus.

Deve-se ter em atenção que esta necessidade moral é *subjectiva*, isto é, uma carência, e não *objectiva*, isto é, em si um dever; pois não pode haver o dever de pressupor a existência de seja o que for (dado que isto apenas diz respeito ao uso teórico da razão). Acresce que não se deve pensar que é necessário pressupor a existência de Deus como *um fundamento de toda a obrigação em geral* (pois, como foi suficientemente mostrado, esta repousa unicamente na autonomia da própria razão). O que pertence ao dever aqui é apenas o empenho em produzir e promover o bem supremo no mundo, cuja possibilidade pode portanto ser postulada, dado que para a nossa razão isto só é pensável sob o pressuposto de uma inteligência suprema; pressupor a existência desta inteligência suprema está assim conectado com a consciência do nosso dever, apesar de este pressuposto pertencer à razão teórica; com respeito apenas à razão teórica, enquanto um fundamento da explicação, pode-se chamar *hipótese*; mas em relação à inteligibilidade de um objecto que nos é dado pela lei moral (o bem supremo), e consequentemente de uma carência para propósitos práticos, pode-se chamar fé e, efectivamente, uma fé racional pura dado que a razão pura só por si (tanto no seu uso teórico como prático) é a fonte na qual tem origem.

Immanuel Kant, *Crítica da Razão Prática*, 1788, trad. de Desidério Murcho, pp. 5: 125-126

Interpretação

1. Por que razão defende Kant que a lei moral não garante uma conexão entre a felicidade e a moralidade?
2. Por que razão defende Kant que o bem supremo só é possível se Deus existir?
3. Que significa dizer que o postulado da existência de Deus é uma necessidade subjectiva?
4. Por que razão defende Kant que a existência de Deus não é um fundamento da obrigação moral?
5. Como caracteriza Kant a fé?

Discussão

6. Concorda que é necessária uma conexão necessária entre a moralidade e a felicidade para que a moralidade possa existir?
7. «O argumento central de Kant é falacioso porque consiste em defender que, como seria bom que Deus existisse para recompensar a acção correcta com a felicidade, então Deus tem mesmo de existir.» Concorda? Porquê?